

# VISÕES MEDIADORAS E O PAPEL DOS DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS NA ORGANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

José Roberto Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa as “visões mediadoras” e as ações dos chamados “grupos mediadores” envolvidos na organização de assentamentos rurais, destacando-se a utilização da metodologia denominada de “Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador” (DRPE). Em geral, a ação desses grupos tem ocorrido de forma aleatória e autoritária, no sentido de transformar os assentados em empresários rurais, socialistas, agricultores familiares, dentre outros, sem antes compreender os projetos de vida deles. No sentido de romper a prática de *intervenção tutorial* em assentamentos rurais, este artigo apresenta algumas reflexões sobre o papel da referida metodologia.

Palavras-chave: assentamentos rurais; diagnósticos participativos; grupos mediadores.

**ABSTRACT:** This study analyzes “mediating visions” and the actions of so-called “mediating groups” involved in the organization of rural settlements, emphasizing the use of the methodology known as “Emancipatory Participative Rapid Appraisal” (DRPE)<sup>2</sup>. In general, the action of those groups has been occurring in an aleatory and authoritarian way, seeking to transform settlers into rural entrepreneurs, socialists, family farmers and other categories without first attempting to understand their life projects. This article presents some reflections on the role of the participative diagnosis as an alternative to tutorial interventions.

Key words: Rural settlements; participative diagnosis; mediating groups.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar a relação entre grupos mediadores e trabalhadores rurais assentados, no que se refere ao processo de intervenção e às metodologias utilizadas, destacando-se o papel dos diagnósticos participativos na organização dos assentamentos rurais. Essa relação que se estabelece nos assentamentos é complexa e envolve considerável número de grupos mediadores ou *agentes externos*, tais como lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), agentes do Estado, geralmente representados pela EMATER e pelo INCRA, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não-governamentais (ONGs), partidos políticos, universidades, dentre outros. Na relação entre grupos mediadores e assentados, destaca-se a análise da utilização de uma metodologia de intervenção participativa denominada “Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador” (DRPE).

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa – MG, Brasil. CEP.: 36571-000 Viçosa – MG. Tel.: (31) 3899-1329/2212. Fax: (31) 3899-2219. [jroberto@mail.ufv.br](mailto:jroberto@mail.ufv.br)

<sup>2</sup> O *Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador* (DRPE) foi elaborado, testado e aplicado no âmbito do Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Rurais, resultado do acordo entre o governo brasileiro, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como projeto piloto (BR 0274) para promover a auto-suficiência dos assentamentos. O DRPE constitui a base de avaliação social deste Programa e o meio para levantar a massa crítica de informações necessárias para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos. Veja Pereira (1998).

É importante ressaltar que na fase que antecede ao assentamento, ou seja, no *acampamento*, os trabalhadores rurais sem terra vivenciam problemas e situações comuns e agem em busca de um mesmo objetivo - a conquista da terra. Entretanto, na fase subsequente, no momento de se organizarem no *assentamento*, vários problemas afloram, dentre os quais, interesses divergentes em relação à organização social e a produção. É, sobretudo, nessa segunda fase que ganham destaque as “visões mediadoras” dos chamados “grupos de mediação”, cuja importância chamou a atenção de Martins (1993), conforme a seguinte consideração.

*“Penso que a crise principal, hoje, não está nos movimentos populares: está nos grupos de mediação, os grupos de apoio. Os grupos de mediação têm entendido mal a luta no campo. Reduziram-na ao econômico e a uma luta estritamente econômica pela terra”*  
(Martins, 1993: p.9).

Portanto, pode-se perceber que a posição dos grupos mediadores tem implicações no campo da *alteridade*. Para Todorov (1996: p.123), a problemática da *alteridade*, para dar conta das diferenças existentes no real, pode ser situada em três planos:

- a) **Plano axiológico** - refere-se a um julgamento de valor como: “o outro é bom ou mau, me é igual ou me é inferior”;
- b) **Plano praxiológico** - refere-se à ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro, como “entre a submissão ao outro e a submissão do outro, adota-se a neutralidade ou a indiferença”;
- c) **Plano epistemológico** - refere-se à atitude de conhecer ou ignorar a identidade do outro, em que o conhecimento se manifesta em uma gradação entre os dois extremos.

Pode-se considerar que o problema da alteridade nos assentamentos rurais perpassa, também, de forma dinâmica, os três planos a que se referiu Todorov (1996). No plano axiológico, a posição dos grupos mediadores em relação aos assentados tem sido, muitas vezes, de superioridade, seja pelo *status* de “agente externo”, aquele que os representa fora do

assentamento, seja pelo conhecimento que expressam, o que nos remete ao plano epistemológico. São os grupos mediadores que idealizam o que deve ser colocado em prática pelos assentados. Isso fica evidenciado no momento em que valorizam o seu modelo de organização em detrimento da forma percebida e praticada pelos assentados. Ao agirem dessa forma, podem reforçar traços de dependência como a *patronagem* e o *clientelismo*. No plano praxiológico, os grupos mediadores não têm, na maioria dos casos, conseguido estabelecer uma relação *dialógica* com os assentados, distanciando-se deles por não procurarem conhecer e reconhecer suas trajetórias, suas práticas e seus valores culturais. Geralmente, os grupos mediadores agem de forma indiferente a estas questões, como se o grupo dos assentados fosse homogêneo.

Levando-se em consideração esses planos de análise, a intervenção dos grupos mediadores ou dos *agentes externos*<sup>4</sup> pode ser caracterizada como *tutorial* ou *participativa*. Segundo Alencar (1990), a *intervenção tutorial* é aquela em que o *agente externo* percebe a comunidade como sendo homogênea, identifica os problemas e suas causas para seus membros e propõe soluções que considera melhores, geralmente orientadas por uma justificativa técnica. Nesse caso, o *agente externo* passa a definir os rumos da organização do grupo, desempenhando papel de *tutor*. Na *intervenção participativa*, a comunidade é vista como heterogênea e o *agente externo* age como orientador no processo de identificação dos problemas, das causas e das soluções encontrados pelos próprios membros do grupo. Nesse caso, estabelece-se processo dialógico entre as partes para que o grupo possa refletir e tomar decisões, consciente de seu papel ativo nos rumos de sua organização.

## 2 VISÕES MEDIADORAS NA ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

<sup>3</sup> Considera-se como “visões mediadoras” modelos ideológicos de organização social que orientam as intervenções dos “grupos de mediação” em assentamentos rurais.

<sup>4</sup> São considerados *agentes externos* os “grupos mediadores” ou pessoas estranhas à comunidade ou aos assentados, cujo objetivo é intervir diretamente em suas vidas, especialmente no que se refere à organização do grupo.

Nesta seção, serão analisados alguns estudos que tratam das “visões mediadoras” ou dos projetos que os grupos mediadores apresentam para a organização dos trabalhadores rurais assentados. O estudo de Zimmermann (1994) procura analisar “a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva de um assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Sul” (p.205), destacando aspectos heterogêneos das relações sociais. Tais aspectos são reveladores de diferentes projetos dos mediadores para os assentados. A autora identificou, entre os assentados, dois grupos étnicos distintos, com base nos dispositivos classificatórios da cultura gaúcha, quais sejam, “os de origem” e “os caboclos”, denominados também por “brasileiros” ou “bugres”. O primeiro grupo étnico é constituído por descendentes de imigrantes alemães e italianos, e o segundo, por ascendência lusa, espanhola e ou indígena. Apesar dessa heterogeneidade étnica, a autora identificou um projeto comum entre eles, o de *ser colono*.

*“Ser colono para as famílias entrevistadas significa a faculdade de saber prover a sobrevivência da família, (...) ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção”* (Zimmermann, 1994: p.207-208).

Contudo, esse projeto comum, visível para os colonos assentados, sofre alterações no processo de organização do assentamento, a partir do momento em que entram em cena os grupos mediadores:

*“Em reuniões freqüentes, o MST e a Igreja/CPT procuraram preparar as famílias para o trabalho conjunto no assentamento. E, tendo clareza de que muitos eram ‘novatos’ na luta e da tendência ao ‘individualismo’ de todo colono, passaram a monitorar o processo de organização no assentamento”* (Zimmermann, 1994: p.208).

No processo de organização do assentamento, a autora identificou, inicialmente, três visões diferentes:

1) a das famílias acampadas, as quais desejavam atender aos critérios

estabelecidos pelo MIRAD para a seleção;

- 2) a do MST, que buscava um trabalho comunitário progressivo de cunho econômico e político, por meio de experiências grupais;
- 3) a do INCRA/RS, que estimulava a participação dos *parceiros*, de maneira *organizada e responsável* (Zimmermann, 1994: p.209).

Essas visões sofreram rearranjos ao serem colocadas em prática, o que resultou na divisão das famílias em cinco grupos: grupo coletivo, grupo semicoletivo, grupo de cooperação simples da área I, grupo de cooperação simples da área II, grupo de cooperação simples da área III.

Segundo a autora, o “grupo coletivo” foi caracterizado pela coletivização dos meios de produção e constituído pela “relação de parentesco, por laços de consangüinidade e afinidade (irmãos, primos e cunhados)”. A vida desse grupo foi orientada, basicamente, pelas normas de parentesco. O “grupo semicoletivo” foi constituído a partir da similaridade étnica, mas não se constataram relações de parentesco. O “grupo de cooperação simples da área I” foi formado por critérios de procedência (municípios de origem), de época e local de entrada na luta pela terra e de convivência anterior (acampamento). Por isso, o grupo foi marcado pela heterogeneidade. O “grupo da área II” foi constituído por famílias “caboclas” que se associaram pela compra de insumos e plantio em comum. O “grupo da área III” foi constituído, também, por famílias “caboclas”, mas a partir de relações de parentesco, por afinidade e compadrio.

Contudo, “a busca da homogeneidade de características constituiu o motor da ação organizativa” (Zimmermann, 1994: p.214), provocando novo rearranjo entre os grupos. Parte dos assentados se organizou na “súcia”, uma forma de associação entre as famílias “caboclas”, de pouca disponibilidade ou inexistência de recursos, que se dispuseram a trabalhar em conjunto. Entretanto, a “súcia não obteve reconhecimento do MST, nem do Estado, e as famílias a ela pertencentes foram consideradas não organizadas ou *individuais*” (Zimmermann, 1994: p.214). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as agências do Estado reconhecem apenas o que denominam de grupos modelares, “o coletivo”, o “semicoletivo” e a “associação de máquinas”.

Como conseqüência do fracasso da “súcia”, aflorou a polarização entre as famílias

“caboclas” e as “de origem”, o que, na verdade, para Zimmermann (1994), constituiu uma dupla polarização, visto que a CPT apoiou as famílias “caboclas” introduzindo a visão do “comunitário”, em contraposição ao “coletivo”, das famílias “de origem”. O problema, para Zimmermann (1994), “se situava, na perspectiva do MST [com relação à sua visão de “coletivo”], em fazer com que fosse conquistada uma mesma identidade, sem considerar a diversidade de situações e especificidades das famílias” (Zimmermann, 1994: p.221). Todavia, as divergências em torno das visões de “comunitário” e “coletivo”, para a autora, visam ao controle das ações no assentamento. Nesse sentido, Romano (1994), ao analisar o artigo de Zimmermann, concluiu que tais divergências expressam a luta entre os mediadores, “pelo ‘efeito de teoria’ dos discursos legítimos, para conseguir a implantação de seus projetos - ou melhor, de suas visões - de assentamento e de reforma agrária” (Zimmermann, 1994: p.256).

As visões dos grupos mediadores podem ser identificadas também no estudo de D’Incao & Roy (1995: p.257-258), por meio de diferentes discursos que, segundo os autores, expressam os mecanismos de reprodução do poder constituído:

- 1) **discurso do militante** - representa a defesa de uma causa em detrimento do reconhecimento de cada um dos produtores associados;
- 2) **discurso da ajuda aos incapazes ou assistidos** - entendida como a dominação exercida pelos vínculos de favor e de subserviência;
- 3) **expressões de “camaradagem”** - entendidas como cumplicidade e oportunismo;
- 4) **discurso dos não-militantes** - representa o uso das vantagens da coletividade sem o compromisso das obrigações que lhes correspondem;
- 5) **discurso dos dependentes ou “assistidos”** - entendido como alienação e oportunismo.

Nesse estudo, os autores analisam a si mesmos como agentes externos, demonstrando que o maior desafio que encontraram foi evitar que se transformassem numa “encarnação dos ‘senhores’ ou dominadores” que procuravam combater.

*“Enquanto personalidades vindas do exterior e introduzidas no assentamento pelos companheiros,*

*nós só podemos ser percebidos como pessoas que ‘têm a ver’ com a ordem reinante no seio da coletividade, ou como representantes dessa ordem”* (D’Incao & Roy (1995: p.255).

O estudo de Poletto (1997) sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresenta algumas reflexões importantes a respeito do papel de seus agentes pastorais em assentamentos rurais. Nesse sentido, ele levantou uma questão importante: A CPT deveria promover a tradição, a modernidade ou a revolução dos trabalhadores rurais sem terra?

*“Numa frente, intensa e heróica defesa do direito popular à terra; na outra, a certeza de que a propriedade corromperia a possibilidade de aliados do campo para a revolução [socialista] necessária”* (Poletto, 1997: p.37).

Uma das saídas para o impasse, segundo Poletto (1997), foi condicionar a posse ao trabalho coletivo da terra. Todavia, isso não resolveu a situação, segundo esse autor, porque a cultura do camponês é orientada pela “ocupação e uso familiar da terra” (Poletto, 1997: p.37). Para ele, os camponeses, no regime coletivo da terra, “sentiam-se como *de ninguém e como ninguém*, fazendo, como diaristas ou em *empreitadas*, um trabalho considerado desumano, aceitável apenas por *não haver outro*” (Poletto, 1997: p.38). Esse autor revelou que, para muitos agentes pastorais e mesmo para a CPT como um todo, foi muito difícil:

- a) compreender que nem toda *propriedade é* capitalista, ou pelo menos *igualmente* capitalista;
- b) (...) aceitar que a mediação de dimensões culturais camponesas não significava, necessariamente, oposição ou negociação de transformações socialistas;
- c) (...) admitir a sabedoria camponesa em relação às vantagens da pequena propriedade familiar para determinados tipos de plantios (Poletto, 1997: p.39).

Há preocupação, nas diversas regionais da CPT, com a atuação de seus agentes, a qual oscila entre serviço de pastoral e intervenção tutorial, o que denota ausência de uma metodologia qualitativa para diagnosticar, “por dentro”, a realidade sociocultural dos camponeses. Nesse sentido, a própria CPT faz uma auto-

avaliação, constatando que há incoerência em seu trabalho com as populações rurais, pelo “distanciamento entre o ideal comunitário propalado e vivido nas práticas locais e a estrutura organizativa interna, às vezes rígida e pouco participativa de algumas regionais” (Leroy, 1997: p.248). A CPT reconhece que a construção de um programa de Reforma Agrária no Brasil deve levar em conta “a diversidade dos grupos sociais e de suas culturas e tradições” (Leroy, 1997: p.270), mas não se refere aos meios para orientar seus agentes pastorais nesse sentido.

Como pode ser observado, esses estudos apontam para a complexidade das relações sociais advindas das intervenções dos grupos mediadores nos assentamentos rurais e a falta de preparo metodológico para tal empreendimento.

Contudo, a utilização de diagnósticos participativos pelos grupos mediadores daria conta dessa complexidade e contemplaria as reais demandas dos assentados, no que diz respeito aos seus ideais e valores de organização social? A tentativa de resposta a essa questão será apresentada na seção seguinte.

### **3 DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DE AÇÃO DOS GRUPOS MEDIADORES: A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DRPE**

Os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) foram desenvolvidos e aplicados, na década de 1970, por organizações não-governamentais e governamentais européias, que trabalhavam em projetos de desenvolvimento rural em países da África e Ásia. A origem dos DRPs deve-se às críticas generalizadas aos métodos convencionais de diagnóstico e pesquisa, representados, principalmente, pelo método de tipo *survey*. Os técnicos procuravam novas formas de realizar pesquisas que possibilitassem a difusão de tecnologias e o planejamento de projetos de desenvolvimento rural, com vistas a evitar o aumento da pobreza rural e a manutenção das desigualdades sociais e do *status quo* das lideranças locais, como bem criticou Chambers (1987) sobre a postura dos chamados *agentes externos*. Para Chambers, “os pequenos produtores são profissionais” porque detêm conhecimento; portanto, o desafio dos técnicos consiste em aprender com eles, o que os coloca em termos de igualdade, “são colegas” ou “companheiros”.

Foi com esse intuito que surgiu o conhecido “*Rapid Rural Appraisal*” (RRA), no final da década de 1970, caracterizado pela

produção de resultados rápidos e pelo uso conjugado de técnicas de pesquisa. Além disso, Beebe (1995) destacou três concepções básicas do *Rapid Appraisal*: perspectiva sistêmica, triangulação na coleta de dados, interação entre dados coletados e análises.

A rapidez dos resultados dos diagnósticos foi alvo de críticas na década de 1980 e, com isso, os técnicos e pesquisadores das agências de desenvolvimento passaram a enfatizar o aspecto participativo do método, sem, contudo, considerar o menor tempo possível. Assim, a partir dos anos de 1990, esse método de diagnóstico passou a ser chamado de “Diagnóstico Rural Participativo”, conceituado por Chambers (1992) como “um crescente grupo de enfoques e técnicas que permitem à população local compartilhar, analisar e aperfeiçoar seus conhecimentos a respeito de suas próprias condições de vida, com objetivo de planejar e agir”.

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) fundamenta-se, por um lado, nos chamados “Diagnósticos Rápidos Participativos” (DRPs) como instrumentos que viabilizam a participação do público de suas ações, a partir de alguns princípios em comum, tais como flexibilidade na coleta de informações, participação e reciprocidade na aprendizagem.

O DRPE é uma metodologia especificamente elaborada para intervir, de forma planejada, na complexa realidade dos assentamentos rurais da Reforma Agrária no Brasil, composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permitem obter informações qualitativas e quantitativas, em curto espaço de tempo (Pereira, 1998). Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os grupos de mediação e os assentados.

Em termos gerais, os objetivos do DRPE estão voltados para as bases de um processo de conscientização dos assentados que lhes permita mover de uma situação de dependência e tutorial para uma situação emancipada, dentro da perspectiva educativa de Paulo Freire. Especificamente, destacam-se os seguintes objetivos:

- a) identificar os temas geradores dos assentados, motivando-os, metodologicamente, a problematizarem sua realidade, com a finalidade de estabelecerem suas prioridades, avaliando as ações que eles mesmos podem realizar e aquelas que

caberiam às instituições locais, estaduais e federais;

- b) levantar informações de natureza qualitativa como base para elaborar estratégias de ação nos assentamentos;
- c) identificar as limitações e potencialidades dos assentados dentro dos seguintes fatores estruturantes: infra-estrutura social, educação, produção, mercado, meioambiente, organização, assistência técnica e integração institucional.

No caso do DRPE, são consideradas a produção de resultados rápidos, a participação e a conjugação de técnicas qualitativas de pesquisa e de dinâmica de grupos, observando-se os seguintes aspectos: (a) transdisciplinaridade; (b) triangulação na coleta de informações; (c) análise de conteúdo (Pereira, 1998). O caráter emancipador do DRPE está fundamentado na “Pedagogia Emancipadora”, de Freire (1987), em que a compreensão do universo cultural é a base para o processo de conscientização. Assim, partindo da reflexão sobre a realidade cultural e agindo sobre essa mesma realidade, modificando-a, é que se inicia o processo de conscientização.

Essa metodologia foi aplicada em diferentes situações, contextos e objetivos. Na primeira fase, a metodologia foi utilizada com o objetivo de coletar informações para a elaboração de “Planos de Consolidação e Emancipação” de assentamentos rurais, pelo “Programa INCRA-BID (BR 0274)”, em 10 assentamentos distribuídos em sete estados da Federação, ao longo do ano de 1997. A exigência do Programa, em especial a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), era de que seriam financiadas as demandas dos assentados nas áreas social e de produção, o que garantiria o sucesso de seus investimentos.

Foram organizadas, inicialmente, três equipes constituídas por estudantes de graduação que conheciam e haviam aplicado algumas técnicas de DRP, cada uma supervisionada por um estudante de pós-graduação em sociologia, antropologia e geografia agrária. Uma equipe foi para a região sul/sudeste, onde diagnosticou três assentamentos, um em Minas Gerais, outro no estado do Paraná e um no Rio Grande do Sul. Outra equipe foi para a região centro-oeste, onde foram diagnosticados um assentamento em Mato Grosso do Sul e dois em Mato Grosso. A terceira equipe foi para a região nordeste, onde foram diagnosticados dois assentamentos no Rio Grande do Norte e dois no Maranhão. Em geral, a

presença dos assentados nas reuniões foi, em média, de 80 por cento.

Nessa primeira fase, a quantidade e a qualidade das informações obtidas variaram de equipe para equipe, observando-se maiores dificuldades no momento de sistematização e redação dos relatórios. No momento de aplicação das técnicas, os “animadores”, aqueles que conduziam a aplicação das técnicas de dinâmica de grupo, exaltavam sua posição, chegando a imitar a linguagem e certos gestos dos assentados, no intuito de conseguir maior aproximação. Entretanto, este tipo de atitude dificultou a obtenção de informações de qualidade, porque as possíveis reflexões críticas dos assentados sobre sua própria realidade perderam-se em meio às atividades lúdicas. No momento de elaboração dos relatórios, os membros das equipes demonstraram grande dificuldade de redação pela falta de conhecimento teórico sobre os temas abordados pelos assentados e expressaram, indevidamente, julgamentos de valor sobre tais temas. Essas dificuldades, que afloraram nessa primeira fase, associadas à falta de definição da estrutura e conteúdo do “Plano de Consolidação e Emancipação” dos assentamentos, levaram as equipes de planejadores do “Programa INCRA-BID” a conferir algumas informações e a coletar outras, de forma complementar.

Na segunda fase, deu-se continuidade, em 1998, aos objetivos da primeira fase, mas a composição de duas novas equipes contou com a presença de estudantes de pós-graduação que tinham experiência em pesquisa de campo e na área técnico-profissional. Além disso, os supervisores das equipes anteriores passaram a compor e coordenar as novas equipes. A experiência da fase anterior associada à experiência de pesquisa de campo das novas equipes viabilizou a obtenção de informações de qualidade e a elaboração mais crítica dos relatórios. Outro aspecto que facilitou a utilização da metodologia, nesta fase, foi a definição clara da estrutura do “Plano”, o que deixou claro também o tipo de informação desejada. Nessa nova fase foram realizados diagnósticos em mais dez assentamentos nas mesmas regiões anteriores.

A terceira fase está em curso e utilizou-se essa metodologia em doze assentamentos rurais da área de abrangência da Superintendência do INCRA do Entorno do Distrito Federal (SR 28). A finalidade é elaborar “Planos de Desenvolvimento” (PDAs) e avaliar os limites e possibilidades do DRPE para a construção de um conhecimento que permita, ao mesmo tempo, tratar da realidade dos assentamentos em sua

complexidade e que possa ser devidamente apropriado pelos assentados, seus co-produtores. Na elaboração desses PDAs foi utilizado, além do DRPE, o “Método Altadir de Planejamento Popular” (MAPP)<sup>5</sup>. Este trabalho está sendo realizado por três equipes coordenadas por profissionais<sup>6</sup> com experiência na aplicação de metodologias qualitativas em assentamentos, observando-se também a transdisciplinaridade.

A partir dos resultados preliminares deste trabalho, realizado pela equipe coordenada pelo autor deste artigo, podem-se apresentar algumas reflexões críticas. Por um lado, a equipe transdisciplinar obteve grande quantidade de informações qualitativas e quantitativas da situação atual dos assentados no que diz respeito a vários aspectos de suas vidas, tais como trajetória de vida; alfabetização e escolaridade dos assentados; organização do trabalho e da produção; avaliação das instituições ou das organizações pelos assentados que atuam ou não no assentamento. Essas informações foram obtidas de técnicas que facilitaram o diálogo e a compreensão entre a equipe e os assentados. Nesse sentido, a prática metodológica foi eficiente na coleta de informações, mas não se pode dizer, ainda, que foi eficiente e eficaz, por si só, como meio educativo. Por outro lado, as informações coletadas foram mais que suficientes para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vereda I<sup>7</sup>. Assim, a continuidade do processo poderá garantir o caráter educativo iniciado com a prática metodológica do DRPE e do MAPP.

Portanto, a utilização do DRPE como instrumento metodológico de ação de grupos mediadores em assentamentos rurais pode abrir espaço para redefinir suas “visões mediadoras”, uma vez que os resultados obtidos pela metodologia pode disciplinar o uso de recursos destinados aos assentamentos e potencializar

esforços para o desenvolvimento sustentável dos trabalhadores rurais assentados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação dos grupos de mediação em áreas de assentamentos rurais tem ocorrido de forma aleatória e autoritária. Querem transformar os assentados em empresários rurais, em socialistas, em agricultores familiares, dentre outros, sem antes compreender os projetos de vida deles. Portanto, endosso a conclusão do estudo de D’Incao e Roy (1995), que indica a necessidade de mudança na relação dos grupos mediadores e assentados, procurando construir um diálogo crítico, “reenviando as pessoas a elas mesmas nas suas relações com os outros” (D’Incao & Roy, 1995: p.258). Para isso, os grupos mediadores deveriam exigir de si mesmos “a plena consciência de seus próprios limites e possibilidades” (D’Incao & Roy, 1995: p.266). Nesse sentido, a equipe transdisciplinar do DRPE deve ter, diante dos assentados, a postura de romper com os entraves que impedem o estabelecimento de uma relação dialógica entre as partes. Portanto, ao procurar estabelecer essa relação dialógica, a equipe transdisciplinar deve

*“abandonar a tradicional arrogância do erudito, aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais, e adotar a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir; romper com a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre o entrevistador e o entrevistado; e incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa [e desenvolvimento]”*  
(Borda, 1989: p.55).

Ao agir nesse sentido, a equipe transdisciplinar do DRPE estará caminhando na direção que Santos (1989) apontou como dupla ruptura epistemológica, ou seja, a equipe estará criando as bases, nesse âmbito, para a superação tanto da ciência como do senso comum num conhecimento prático esclarecido, no sentido de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Portanto, a utilização das técnicas que constituem o DRPE pode adquirir caráter transformador da realidade social, ao estabelecer a relação dialógica entre os técnicos da equipe e os assentados, ou melhor, entre conhecimento científico e senso comum.

<sup>5</sup> O objetivo desse método é identificar e selecionar os problemas que as organizações consideram mais relevantes, para hierarquizá-los e definir maneiras de enfrentá-los com os meios ao seu alcance. Veja Klausmeyer & Ramalho (1985: p.29-40).

<sup>6</sup> A primeira equipe foi coordenada por um consultor do INCRA(SR 28), formado em agronomia, com mestrado em economia agrícola e com larga experiência em métodos participativos de planejamento em assentamentos rurais do nordeste brasileiro. A segunda equipe foi coordenada por uma professora da USP, da área de geografia agrária, com experiência anterior na utilização do DRPE. A terceira equipe foi coordenada pelo autor deste artigo, formado em administração, com doutorado em sociologia e autor da metodologia DRPE.

<sup>7</sup> Veja Pereira et al. (2001).

Todavia, a potencialidade transformadora dessa metodologia está condicionada à continuidade do trabalho iniciado pela *equipe transdisciplinar*, de modo que os assentados possam, gradualmente, adquirir confiança e autonomia para se relacionarem, em termos de igualdade, com o poder local e com aqueles considerados *agentes externos*.

Portanto, aqueles que utilizam essa metodologia passam a ter grande responsabilidade no desempenho do processo de desenvolvimento educativo das coletividades de assentados porque procura-se estabelecer aí uma relação de *alteridade dialógica*, ou seja, uma compreensão recíproca dos atores sociais envolvidos no trabalho. Os diagnósticos participativos, como o DRPE, são recursos metodológicos imprescindíveis para promover a sustentabilidade de grupos heterogêneos de camponeses na medida que proporcionam a compreensão de suas práticas e valores culturais e o respeito às suas formas de organização social, desde que os membros que compõem a equipe transdisciplinar sejam bem capacitados em termos teóricos e metodológicos. Portanto, não basta, aos grupos mediadores, terem boas intenções ou expressarem posturas românticas ou rebeldes. É necessário que tenham consciência crítica e que estejam preparados metodologicamente. Nesse sentido, o processo de *intervenção participativa* dos grupos mediadores, por meio de diagnósticos participativos, constitui um caminho para se vislumbrar uma nova forma de *extensão rural* no Brasil.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa? **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun.1990.

BEEBE, J. *Basic concepts and techniques of rapid appraisal*. **Human Organization**, v. 54, n. 1., 1995.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 42-62

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. New York: Longman Scientific and Technical, 1987. 246p.

CHAMBERS, R. **Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory**. London: Institute of Development Studies, 1992. 50p. (IDS Discussion Papers 311).

D'INCAO, M. C.; ROY, G. **Nós, cidadãos: autonomia e participação popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 277p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 150p.

KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (Orgs). (1985) **Introdução à metodologias participativas: um guia prático**. Recife: SACTES – DED, 1985. 250p.

LEROY, J. P. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PATORAL DA TERRA. **A luta pela terra: A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997. pp. 87-98

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) - Metodologia**. Brasília: INCRA/BID, 1998. 20p. (Projeto BR 0274 – Mimeo)

PEREIRA, J. R. et. al. (2001) **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vereda I**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 73p.

POLETTI, I. (1997) A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta**

**pela terra:** a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997. pp.21-69

ROMANO, J. O. (1994) Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP. p.250-258.

SANTOS, B. de S. (1989) **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.

TODOROV, T. (1996) **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 263p.

ZIMMERMANN, N. de. C. (1994) Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP. p.205-224.

